

considerações sobre a crise

A maneira brusca pela qual se desencadeou a crise a que recém assistimos, e a rapidez com que se sucederam os acontecimentos, instauraram no país um clima de confusão mental, que só gradualmente poderá ser superado. Torna-se, porém, imprescindível um esforço de análise e interpretação desses dias tumultuosos, principalmente porque, como tudo indica, marcam eles o indício de uma nova fase de nossa vida política, fase em que o eclodir de contradições deverá ser a característica dominante. A adoção do sistema parlamentar de governo e a posse do sr. João Goulart na Presidência da República são uma pausa, não um epílogo. A luta recomeçará, e é mister que saibamos em que consiste e contra quem lutamos, para que tenhamos possibilidade de vencê-la.

reportagem de rui mauro marini

o plano golpista

O primeiro obstáculo que enfrentamos é o mistério que ainda cerca a renúncia do sr. Jânio Quadros. Renúncia ou deposição? As declarações do ex-presidente sustentam ambas as hipóteses, de tal maneira que um ensaio para aclarar a questão deve ser feito com base nas causas prováveis dos acontecimentos de 25 de agosto. Duas razões aparecem, de imediato: o golpe que estaria sendo preparado pelo ex-presidente e sua atuação na política interna e externa.

A possibilidade de que o sr. Jânio Quadros estivesse manobrando no sentido de obter uma ampliação de seus poderes não deve ser afastada. Índices diversos parecem confirmá-la, embora nada prove que se tratasse de um golpe de Estado, no sentido usual de expressão. O próprio governador Carlos Lacerda, ao denunciar a manobra, falou em reformas institucionais, o que foi corroborado pelo sr. João Agripino, ao rebater as acusações do primeiro.

Apoiaria-se essa «reforma» num golpe de força militar? A atitude dos ministros militares parece desmentir essa hipótese, convindo, sobretudo, não esquecer que, em momento algum, nem mesmo para justificar-se, acusaram eles o sr. Jânio Quadros para apurar as consequências da denúncia do sr. Carlos Lacerda, já que o deixaria em posição mais vulnerável.

de lacerda a juscélio

A segunda razão, isto é, as pressões exercidas sobre o ex-presidente em decorrência da orientação de seu governo no plano interno e externo, surge mais freqüentemente aos depoimentos sobre a renúncia, tendo sido explicitamente mencionada pelo sr. Jânio Quadros, assim como pelo sr. João Agripino. De que natureza seriam tais pressões?

Do ponto de vista econômico, a política praticada pelo sr. Jânio Quadros estava fadada a suscitar-las. Beneficiando abertamente o setor progressista da burguesia, essencialmente o setor da grande indústria, imprimira ele às relações econômicas, internas e externas, característica liberal, favorável ao capitalismo em expansão, mas ruinosa para os grupos menos poderosos. Estes, dependendo do protecionismo tarifário e cambial, bem como da política de subvenções, não aprovavam o liberalismo consagrado pela Instrução 204. A eles se juntavam os grupos ligados aos grandes consórcios e monopólios internacionais, aos quais prejudicava a política comercial e financeira posta em prática nas relações com o exterior, caracterizada pela abertura de novos mercados para a exportação e pela criação de novas fontes de importação e financiamento. A ofensiva desfechada pelo sr. Carlos Lacerda contra a política externa explica-se nesse contexto, além de servir ao próprio governador, como remédio a seu desgaste político.

As reformas que o sr. Jânio Quadros anunciava, sobretudo a que dizia respeito ao setor agrário, agravavam o descontentamento latente em certos círculos. Também aí o ex-presidente afirmava os interesses da burguesia em expansão, atacando os interesses da classe latifundiária, e favorecendo a ascensão da burguesia agrária. Não chega, pois, a surpreender que, na qualidade de porta-voz de um partido de forte base latifundiária, o sr. Juscelino Kubitschek, em Juiz de Fora, se tenha aproximado da posição defendida por seu tradicional inimigo, o sr. Carlos Lacerda, no que se refere à política externa do Governo.

sentido de uma condecoração

Seria, contudo, inexacto concluir-se que a oposição à política externa do sr. Jânio Quadros não fosse mais que uma bandeira sob a qual se dissimulavam interesses econômicos contrariados. Com efeito, a pressão econômica apenas articulava-se, e não parece ter sido a responsável direta pela crise deflagrada em 25 de agosto. Pelo contrário, parece bem mais provável que o fator ali predomi-

nante tenha sido o aspecto propriamente político da questão.

O problema cubano não terá sido, então, sem importância nisso tudo. Convém não perder de vista o interesse dos Estados Unidos numa reunião de consulta com os países latino-americanos, a fim de concertar uma ação comum contra Fidel Castro. O Brasil representava elemento-chave no esquema, segundo confessou o próprio Departamento de Estado.

Sem recusar a hipótese da reunião, o sr. Jânio Quadros deixou entrever que colocaria a questão de outra maneira — combate ao comunismo, mas não especificamente, e, sobretudo, não consequentemente a Cuba. A atuação brasileira em Punta del Este, a clara intenção do Brasil de reintegrar Cuba no sistema interamericano, a condecoração de Guevara — tudo isso leva a crer que, nessa reunião, o Brasil manteria a linha traçada pela OPA: a de que o combate ao comunismo é menos um caso de polícia que de superação do subdesenvolvimento econômico e social.

a assembléia da onu

Outro ponto a considerar é a posição brasileira no contexto mundial. A evolução progressiva do Governo Quadros para uma posição de independência entre os dois blocos, que lhe permitisse recolher os benefícios de ambos, encontrou seu ponto culminante na mensagem que o sr. Jânio Quadros dirigiu a Kruschew, na qual a ajuda econômica soviética foi claramente solicitada. É evidente, porém, que tal posição de independência teria sua contrapartida, principalmente no plano das Nações Unidas. A adesão brasileira ao bloco afro-asiático, na questão de Bizerta, era uma advertência.

A semana anterior à sua renúncia, passou-a o sr. Jânio Quadros em conferências com o sr. San Thiago Dantas, que chefiaria a delegação brasileira, discutindo o temário da próxima assembléia onusiana, a abrir-se este mês. Berlim ocupa ali lugar de destaque e o sr. Jânio Quadros recebera recentemente mensagem de Kruschew, que lhe teria causado enorme impressão. Mensagem semelhante fora dirigida aos líderes neutralistas da Ásia e da África. O consulado brasileiro em Berlim foi preenchido às pressas e o sr. Afonso Arinos anunciou que o Brasil tinha sua palavra a dizer nos grandes problemas internacionais, enquanto o sr. San Thiago Dantas participava à Câmara o desejo do sr. Jânio Quadros de ver o Brasil como líder do terceiro mundo.

Os rumores de que os Estados Unidos teriam pressionado o Governo, a fim de evitar o enfraquecimento do bloco ocidental, não parecem, pois, infundados — sobretudo quando tais rumores afirmam que o próprio Chanceler Adenauer não estava alheio à pressão. Por essa razão, não parece improvável, no essencial, o episódio do discurso que os ministros militares teriam apresentado ao sr. Jânio Quadros, modificando as linhas de sua política externa, discurso que deveria ter sido por ele lido nas comemorações do Dia do Soldado. A renúncia do ex-presidente poderia, então, entender-se com manobra destinada a manter, e mesmo a reforçar, sua autoridade, manobra essa frustrada pela determinação dos ministros militares de impedir, por todos os meios, que se verificasse uma modificação, por pequena que fosse, na posição brasileira na Assembléia Geral da ONU.

o movimento legalista

Se, no que se refere à renúncia do sr. Jânio Quadros, movemo-nos no terreno das hipóteses, o mesmo não se dá, entretanto, quando encaramos a crise que dela decorreu para a vida política do país. A atitude dos ministros militares, vetando a posse do sr. João Goulart e anunciando para a política brasileira orientação das mais retrógradas (o noticiário da Agência Nacional, durante a crise, sugeria, pela linguagem e pelo conteúdo, o pior estilo franquista e salazarista), suscitou a repulsa do país inteiro. O movimento legalista que partiu desse Estado que se considera um «primo pobre»

na Federação — o Rio Grande do Sul — não tardou, assim, a galvanizar toda a nação.

A segurança simbolizada pela Constituição, no clima de desordem em que se vivia, influiu certamente para essa tomada de posição. É relevante, porém, que mesmo os círculos burgueses — expressando-se através de porta-vozes do tipo do «Correio da Manhã» — não tenham hesitado em admitir a posse do presidente constitucional, ainda que em regime presidencialista. O que demonstra que a burguesia estava disposta a aceitar até o detestado sr. João Goulart, desde que não fosse prejudicada a orientação adotada pelo ex-presidente no campo econômico, e garantida pela permanência do sr. Clemente Mariani no Ministério e, eventualmente, pela do sr. Afonso Arinos.

O movimento legalista, incluindo as forças politizadas da nação — operariado, estudantado, classe média, burguesia — inquinava-se, pois, de ambigüidade e deveria definir-se pela predominância de uma delas. A solução parlamentarista, articulada pelo PSD, foi a tábua de salvação para a burguesia, refratária a uma ditadura de direita, mas receando também uma guerra civil suscetível de liberar as forças revolucionárias do país. Mais do que aos ministros militares, a emenda constitucional atendeu às diferentes facções que se disputam, no seio da burguesia brasileira, e que caracterizamos no início desta reportagem.

lanismo sem jânio

No momento em que escrevemos estas linhas, tal era a situação do país. Entramos, agora, em nova fase, na qual, se aplicada a fórmula parlamentarista, a unanimidade legalista se comporá, visto que as forças populares rejeitam o parlamentarismo e apelam, em último recurso, para o STF e o plebiscito. Essa radicalização tenderá a acentuar-se na medida em que se perceber que o novo Governo manterá tudo aquilo que desagradava o povo no do sr. Jânio Quadros, sem apresentar nenhum dos atrativos com que este o seduzia.

Que esperar, com efeito, de tal Governo? Concedendo papel de destaque a um Congresso de larga base latifundiária, inteiramente desatualizado em relação à realidade social do país, o novo regime deverá caracterizar-se pela fraqueza e pela instabilidade, cuja única salvação será o compromisso, erigido em programa permanente de governo. A inadequação das estruturas institucionais e partidárias só farão agravar essa tendência.

É fora de dúvida que projetos como o da reforma agrária e da remessa de lucros dormirão nas gavetas. A política exterior poderá, então, constituir-se em manobra diversionista, mediante a qual o Governo procure impedir que o país reclame as reformas de base de que necessita. Isso é tanto mais provável quando se considera que foi assim que o sr. Jânio Quadros conseguiu neutralizar as forças de esquerda — lição que nossa burguesia não esquecerá facilmente.

★

O problema imediato que se coloca é, pois, a mobilização das forças populares e sua constituição em força independente, capaz de evitar os dois engodos de que poderão ser vítima: perderem-se em luta meramente formalista, entre dois sistemas de governo, e deixarem-se distrair pelos percalços da política externa, em detrimento de outras questões igualmente fundamentais. A crise terá deixado um saldo positivo, que não podemos malbaratar: a revelação de que existe no povo brasileiro uma consciência política, mobilizável em todos os momentos em que se encontra em jogo a sua sorte; e a clara demonstração de que nem a classe dominante nem suas Forças Armadas estão em condições de atender aos interesses mais legítimos desse povo. O Brasil deu mais um passo no sentido de sua total emancipação — e não hesitamos em considerar esse passo como dos mais decisivos que nossa história registra.